

4. Metodologia Proposta

Diagnóstico da Infraestrutura

Nessa atividade, um diagnóstico da rede de iluminação pública de Novo Hamburgo será desenvolvido, detalhando as tecnologias usadas, determinando os ativos em operação e entendendo a estrutura da operação.

Estudo de Demanda

Esse estudo terá como objetivo identificar o perfil e renda dos potenciais usuários do serviço de iluminação pública que será oferecido. O levantamento desses dados será realizado por meio de pesquisas em diferentes fontes, como IBGE, FGV, entre outros.

Também está previsto o levantamento e análise dos indicadores micro e macroeconômicos que possam impactar na renda desses usuários.

Após o levantamento de informações, os dados obtidos serão compilados e analisados, de forma a facilitar a identificação da demanda futura e os impactos que os indicadores poderão ter na renda dos usuários.

4.1 Projeto de Engenharia

Desenvolvimento do estudo de engenharia, que contemplará estimativas de custos de investimentos, reinvestimentos e custos operacionais.

Será realizado um diagnóstico da rede de iluminação pública de Novo Hamburgo, com detalhamento das tecnologias utilizadas, determinação dos ativos em operação e entendimento da estruturação da operação, que será utilizado na formatação da PPP a ser desenvolvida.

A equipe de técnicos especialistas fará o trabalho de mapeamento dos riscos ambientais compatíveis com a tecnologia selecionada. Serão identificados os correspondentes riscos e benefícios.

Serão analisados também os riscos de contaminação apresentados e eventuais medidas mitigatórias, dentre elas a logística reversa dos equipamentos utilizados.

O projeto de engenharia irá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do empreendimento, de forma a possibilitar a avaliação do custo das obras, dos serviços a serem prestados e a definição do prazo de execução.

4.2 Modelagem Operacional

Nesta fase de Modelagem Operacional, será elaborado um plano para a manutenção da atualidade dos equipamentos, apresentando a forma e o dimensionamento da administração do projeto, contemplando os serviços que serão necessários para o atendimento à população e os mecanismos para elevar a qualidade do serviço de iluminação e redução de consumo energético, incluindo a possibilidade de disponibilidade de pontos de wi-fi.

- ▶ Identificação de potenciais serviços a serem integrados: Será feito um estudo das possibilidades de integração dos serviços de iluminação pública sob uma mesma gestão.
- ▶ Estudo de pontos de melhoria no padrão operacional da rede: A operação da rede será estudada em detalhes para encontrar maneiras de melhorar o serviço, sob a ótica do usuário final, e reduzir custos do sistema, prevendo ganhos de eficiência energética.
- ▶ Plano de Operação e Manutenção dos ativos e política de gestão pessoal.
- ▶ Avaliação da necessidade do CCO: neste ponto, será avaliada a necessidade de se criar um Centro de Controle Operacional para assegurar a capacidade de prestação do serviço de forma eficiente.

Com base nos estudos, será desenvolvido um modelo de gestão da iluminação pública de Novo Hamburgo, que será sintetizado em um relatório. Esse relatório será importante para fundamentar a definição do caderno de encargos da concessionária bem como o quadro de indicadores de desempenho.

a) Orientações Operacionais Mínimas:

Um arranjo de orientações básicas será definido através do desenvolvimento de um estudo de viabilidade técnica a ser elaborado pela concessionária durante a concessão.

Requisitos mínimos de luminosidade, consumação energética máxima, prazos para ações, qualidade das informações, dentre outros, serão considerados no desenvolvimento dessas orientações.

b) Planos Funcionais:

A expansão da rede pode ser agendada ou não. Essa, portanto, é uma questão que requer predefinições e orientações a serem estabelecidas.

Os planos funcionais para a expansão do sistema serão elaborados, onde as diferentes possibilidades de expansão serão avaliadas e as prioridades e critérios de acordo com essas demandas serão estabelecidos.

c) Expansão:

Essa atividade incluirá a análise das deficiências da iluminação pública de Novo Hamburgo e o desenvolvimento de um arranjo de orientações ao projeto para promover a melhoria do serviço no município.

Um estudo também será desenvolvido para identificar a melhor forma de prestação de serviços de iluminação para cada área da cidade, de acordo com suas respectivas características, sendo dividida em vias públicas e proximidades.

▶ **Análise das deficiências da iluminação pública de Novo Hamburgo**

Essa subatividade consistirá na identificação de deficiências e gargalos na rede de iluminação pública de Novo Hamburgo, como: ausência de padronização em regiões homogêneas, degradação da iluminação pública em certas regiões, etc.

▶ **Elaboração de orientações**

Nessa etapa, serão desenvolvidas orientações para melhorar a qualidade do serviço de iluminação pública de Novo Hamburgo, segregando por bairro e áreas públicas.

Baseada nos padrões, uma tipologia será definida para os materiais e equipamentos que se adequem pelo menos aos fundamentos de iluminação prescritos na NBR 5101, envolvendo os critérios de uniformidade e luminosidade, além dos padrões de luminosidade internacionais.

▶ **Desenvolvimento do Plano de Recuperação e Expansão**

Nessa fase, baseado nas análises prévias, um Plano de Recuperação e Expansão de Iluminação Pública de Novo Hamburgo deverá se proposto.

d) Plano Operacional e de Manutenção para Iluminação Pública:

Um modelo de gestão para o parque de iluminação pública será desenvolvido, incluindo os serviços que serão necessários para o atendimento à população e os mecanismos para aumentar a qualidade do serviço de iluminação e reduzir o consumo energético.

► **Identificação dos serviços potenciais a serem integrados**

Será elaborado um estudo das possibilidades de integração dos serviços de iluminação pública do município de Novo Hamburgo. Por exemplo, a integração dos serviços de atendimento ao cliente deverá ser avaliada.

► **Estudo dos pontos de melhoria no padrão operacional da rede de Novo Hamburgo**

A operação do sistema será estudada em detalhes para encontrar meios de melhorar o serviço da perspectiva do consumidor final, e reduzir custos, prevendo ganhos de eficiência energética.

► **Relatório do modelo de gestão da rede de iluminação pública de Novo Hamburgo**

Baseado nos estudos, um modelo de gestão de iluminação pública de Novo Hamburgo será desenvolvido, o qual será sumarizado em um relatório, que será importante para oferecer suporte à definição das especificações da concessionária e ao quadro de indicadores de desempenho.

4.3 Viabilidade do Projeto

4.3.1 Análise e Projeção de Receita:

A análise e projeção de receita é composta das seguintes atividades:

- Definição das premissas de crescimento de demanda pelos serviços de Iluminação Pública.
- Definição e dimensionamento de possíveis receitas acessórias, alternativas ou complementares.
- Com base no Plano de Operação e Manutenção elaborado na etapa anterior, será desenhado o quadro de indicadores de desempenho, metas e padrões de qualidade a serem cumpridos pela concessionária.
- Constituição de um modelo econômico-financeiro de projeção de fluxos de caixa, incluindo cálculos de indicadores financeiros TIR, VPL e Payback.
- Projeção dos dados macroeconômicos relevantes, tais como: taxas de inflação; taxas de câmbio; taxas de juros e crescimento do PIB.
- Dimensionamento e projeção dos níveis de custos operacionais previstos para o projeto. Também serão dimensionadas as despesas administrativas da SPE.
- Levantamento dos investimentos de capital necessários. Para o cálculo da depreciação, serão levados em consideração o modelo de PPP e o prazo de finalização da concessão.
- Levantamento junto a agentes financiadores, públicos e privados, uma estimativa das condições de financiamento do projeto (taxas, prazos e limites de alavancagem).

► **Estudos de receitas**

As premissas de receitas associadas às atividades acessórias, bem como os montantes aplicáveis, métricas de composição e coleta serão avaliados.

Uma projeção detalhada de receitas de negócios será apresentada durante o período da parceria. Ao final do estudo de viabilidade, um valor preliminar de receitas será apresentado em relação à contraprestação pública,

o qual representará nossa estimativa acerca da necessidade de recursos públicos ao longo do tempo para gerar atratividade ao projeto.

► **Projeção de custos e despesas**

Paralelamente à atividade anterior, uma análise das premissas de custos de operação e manutenção, além das despesas administrativas será realizada, considerando variáveis relacionadas aos custos unitários e métricas para o cálculo, como: número de empregados, salários e benefícios, custo energético, dentre outros. Nessa etapa, serão identificados os impostos indiretos pagos pelo prestador do serviço.

Uma modelagem de custos deverá ser desenvolvida, bem como pesquisa de mercado, fontes públicas, informações obtidas por representantes de empreendimentos similares, dentre outras fontes.

► **Avaliação de *benchmark* de serviços/receitas acessórios**

A fim de avaliar as estimativas e premissas adotadas no estudo, as características de mercado serão analisadas através de *benchmark*.

Os projetos selecionados serão analisados considerando-se as seguintes dimensões:

- Modelos de negócio praticados;
- Características das instalações;
- Portfólio de serviços prestados; e
- Modelo de Governança.

► **Desenvolvimento de um Relatório de Serviços/Receitas Acessórios**

Nessa fase, baseado nas análises prévias, um Relatório de Serviços/Receitas Acessórios será desenvolvido para consolidar toda a análise desenvolvida.

4.3.2 Análise de Viabilidade Econômico-Financeira:

O estudo econômico-financeiro objetivará estimar os valores de outorga (ou de contraprestação), resultantes do empreendimento, que remunerem minimamente o capital investido pelos acionistas em relação aos retornos obtidos em projetos comparáveis.

Vale ressaltar que o modelo econômico-financeiro será submetido às análises contábeis e tributárias, a fim de que sejam discutidas questões relacionadas à contabilização da SPE (à luz dos padrões contábeis das concessionárias: ICPC-01/OCPC-05/IFRIC 12), bem como premissas de ordem tributária (alíquotas aplicáveis, créditos, determinação da base tributária, dentre outros).

O estudo socioeconômico (*Value for Money*) a ser elaborado considerará as diversas variáveis socioeconômicas que são impactadas pela implantação do projeto numa modalidade de PPP, tais como: impactos ambientais, redução de custo de energia para o município e para o cidadão, índices de segurança, nível de eficiência energética, nível de cobertura, nível de confiabilidade do sistema, dentre outros. Também será avaliado o custo de oportunidade da Administração Pública na implantação do projeto, por meio de PPP.

O objetivo deste documento será certificar-se que o modelo de PPP irá gerar ganhos legítimos de eficiência e qualidade no fornecimento dos serviços, sem deixar de levar em consideração a transparência, o controle e a prestação de contas. Dessa forma, esta análise irá contribuir para demonstrar maior credibilidade e legitimidade para a PPP.

Por fim, a modelagem econômico-financeira incorporará análise de sensibilidades a fim de estimar impactos de variações sobre as premissas mais relevantes do projeto em relação aos valores de outorga ou contraprestação, e ainda os impactos no *Value for Money*.

► **Modelo econômico-financeiro**

Nessa fase, um modelo de planilha será desenvolvido, considerando a projeção anual de receitas, custos e despesas relacionados à operação do serviço de iluminação pública de Novo Hamburgo. Também serão contempladas as estimativas de investimentos e reinvestimentos e o cálculo da depreciação contábil de ativos durante o período da parceria, além da necessidade de capital de giro para a operação.

A partir das diferentes fontes de receitas e custos, bem como o fluxo de caixa antes dos impostos indiretos, as taxas aplicáveis serão levantadas para a projeção das demonstrações de resultados. A incidência de impostos municipais, estaduais e federais e seus respectivos cálculos serão avaliados.

- Viabilidade de financiamento do projeto: um estudo de mercado será conduzido para identificar linhas de financiamento compatíveis com o projeto. Dessa maneira, custos e condições financeiras serão estimadas e, considerando os *covenants*, serão realizados testes para estimar os volumes de recursos de financiamento que podem ser obtidos para alavancar o projeto.

Baseada em pesquisa e coleta de dados de projetos considerados comparáveis, uma taxa de desconto será estimada, a qual servirá para descontar os fluxos de caixa do estudo para valor presente, como forma de simulação do retorno mínimo de capital esperado pelo eventual investidor.

No final, as demonstrações financeiras serão apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, como: (i) Demonstração de Resultados; (ii) Balanço Patrimonial da Concessionária; e (iii) Fluxo de Caixa do Projeto e do Acionista. As normas do IFRIC 12 deverão ser observadas.

A Planilha seguirá a estrutura de planilhas destacada no edital, assim terá em destaque os principais resultados solicitados.

► **Cálculo da Contraprestação Pública (CP)**

O modelo financeiro demonstrará o montante necessário de contraprestação pública. Uma fórmula paramétrica levará em consideração o impacto dos indicadores de desempenho na contraprestação final. Também serão realizadas simulações para testar a efetividade do mecanismo de pagamento.

O modelo econômico-financeiro será capaz de identificar o regime tributário, segundo as normas brasileiras, que permitirá o menor pagamento de impostos, impactando diretamente no volume necessário para a contraprestação pública.

Serão analisados outros contratos de PPPs já assinados no Brasil para que possam oferecer embasamento para o direcionamento dos possíveis critérios para atualização monetária do contrato.

Por fim, serão simulados possíveis valores de contraprestação pública, levando em consideração a variação da remuneração do concessionário através de suas receitas acessórias, previsão dos investimentos necessários, as estimativas de custos e os possíveis ganhos de eficiência.

► **Critérios de remuneração e mecanismos de pagamento**

Com o objetivo de atender a essa etapa, será proposto um modelo de composição da contraprestação. Este deverá ser baseado: (i) no custo do serviço; (ii) no custo de oportunidade ou, ainda, (iii) na utilização de modelos híbridos.

Importa salientar que a Lei de PPP possibilita que o contrato preveja, além da remuneração fixa para custeio dos investimentos, a remuneração do particular variável em razão de metas de desempenho previamente estabelecidas.

É importante que se defina, dessa forma, que parte da contraprestação pública variará proporcionalmente conforme o cumprimento de metas de qualidade e eficiência do parceiro privado.

Assim, deverá ser estabelecida a forma de medição do desempenho do particular, sua periodicidade e as consequências em caso de não cumprimento das metas, tais como a utilização da garantia ou a retenção da contraprestação, a serem medidos periodicamente com vistas a garantir o nível de serviço aplicável na operação do parque de iluminação pública do município.

E com o objetivo de mitigar os riscos de unilateralidade na medição dos indicadores de desempenho, será avaliada a necessidade da atuação de um verificador independente.

▶ Estudo de impacto orçamentário-financeiro

Para o desenvolvimento desse estudo, será necessário fazer o levantamento dos dados financeiros (Receitas, Despesas, Investimentos, Endividamento, entre outras informações) para o cálculo da capacidade de pagamento da contraprestação pública e, dessa forma, estar em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei de PPP e, ao mesmo tempo, em acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em seguida, serão identificadas as possíveis fontes de garantias que a Prefeitura de Novo Hamburgo poderá fornecer aos possíveis parceiros, bem como propor estratégias para o cumprimento das responsabilidades de longo prazo a serem estabelecidas para com o parceiro privado.

A avaliação envolve identificar o potencial impacto das garantias e da contraprestação no sistema contábil público, baseada nas Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.

▶ Estudos de ganhos de eficiência

A falta de critérios padronizados de análise de PPP para a realidade brasileira acaba dificultando as decisões de investimento, ao impedir a consolidação de um procedimento uniforme e padronizado para análise e decisão das alternativas de investimentos por meio de PPP.

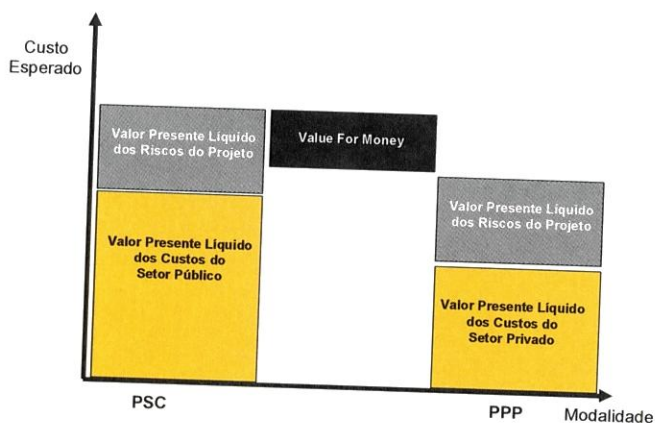
Uma das principais metodologias de avaliação dos ganhos de eficiência de PPPs é denominada *Value for Money*, termo definido como a mensuração da diferença apurada entre o que seria fazer um Projeto - incluindo investimentos e operacionalização - por meio da Administração Pública, em relação ao mesmo Projeto com a figura da iniciativa privada assumindo parte dos riscos e custos, em troca de uma remuneração. Essa metodologia, originada das iniciativas de PPP no Reino Unido, é amplamente divulgada e periodicamente atualizada pelo Governo Britânico.

O estudo de *Value for Money* a ser elaborado considerará as diversas variáveis socioeconômicas que são impactadas pela implantação do projeto numa modalidade de PPP, tais como: impactos ambientais, redução de custo de energia para o município e para o cidadão, índices de segurança, nível de eficiência energética, nível de cobertura, nível de confiabilidade do sistema, dentre outros. Também será avaliado o custo de oportunidade da Administração Pública na implantação do projeto, por meio de PPP.

A análise de riscos está diretamente associada à determinação do *Value for Money*, uma vez que uma alocação de riscos indevida e/ou dimensionada equivocadamente pode representar a existência ou não de ganhos de eficiência gerados pela opção PPP.

O quadro a seguir ilustra o comparativo entre as opções avaliadas para determinação quantitativa do *Value for Money*¹:

¹ Obs.: Esta figura serve apenas como exemplo, não tendo parâmetros de valor para qualquer das caixas ilustrativas. A sigla PSC significa *Public Sector Comparator* e representa o custo da opção do empreendimento construído e operado por meio de contratos públicos tradicionais. A opção PPP representa *Public-Private Partnership*, ou Parceria Público-Privada, sendo o Projeto construído e operado pela iniciativa privada, por meio de um tipo de concessão pública.



Fonte: EY

O conceito de *Value for Money* também é usualmente definido em EEE - Economia, Eficiência e Eficácia:

- Economia - o uso dos recursos privados resulta em economia pró Estado, em função da redução de sua participação em investimentos, custos, despesas, tempo e esforços;
- Eficiência - entregar serviços em um mesmo nível, porém por investimentos, custos, despesas e esforços menores; e
- Eficácia - entregar um serviço melhor - ou obter um melhor retorno - aplicando o mesmo nível de investimentos, custos, despesas e esforço.

O *Green Book*, documento emitido pelo Tesouro Britânico para orientar a avaliação do *Value for Money* dos projetos de PPP, tem enfatizado cada vez mais a relevância da análise qualitativa do *Value for Money*.

PSC Puro

O PSC Puro representa o custo base para a Administração Pública de produzir e entregar o Projeto Referência. O PSC é o valor presente da previsão do Projeto Referência usando-se fluxos de caixa reais com um apropriado fator de indexação para tratar da inflação e de qualquer outro fator relevante que possa distorcer valores. O PSC Puro é composto dos seguintes componentes:

- Custos diretos - custos que podem ser traçados ou alocados para um determinado serviço, como, por exemplo, salários e seguros, entre outros; e
- Custos indiretos - outros custos incorridos que não podem ser diretamente relacionados com a produção de serviços, como despesas administrativas e custos financeiros.

É importante mencionar que, ao se projetar futuros custos operacionais, é útil a distinção entre custos fixos, variáveis e semi-variáveis. Os custos fixos são independentes do volume de serviço entregue, enquanto os custos variáveis dependem do volume de serviços provido. Já os custos semi-variáveis são custos que apenas aumentam após um determinado nível de quantidade de serviço ter sido atingido.

A tabela a seguir ilustra os principais passos para a elaboração do PSC:

Passo 1: Identificar os custos do PSC Puro	Passo 2: Analisar os custos diretos	Passo 3: Analisar os custos indiretos	Passo 4: Calcular o PSC Puro
Projetar todos os custos materiais ao longo da vida do projeto;	Identificar todos os custos diretos;	Identificar todos os custos indiretos;	Agregar os fluxos de caixa para cada período;
Focar nos efeitos caixa;	Mensurar os custos diretos;	Calcular a alocação dos custos indiretos;	Deduzir receitas de outras partes;

Fonte: EY

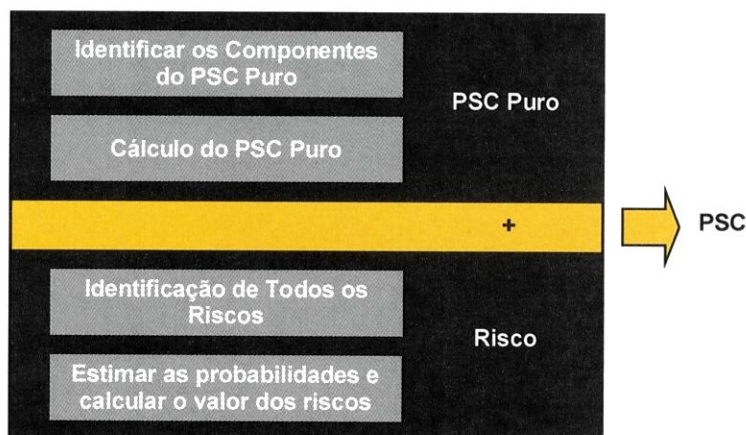
PSC

O PSC (*Public Sector Comparator*) é uma estimativa de um hipotético custo da vida inteira de um determinado projeto do setor público, tendo como base a premissa de que este projeto seria realizado pela Administração Pública. O PSC é desenvolvido de acordo com o Projeto Referência e com a alocação de risco proposta, e é baseado na forma mais eficiente de entrega de um projeto governamental, ajustado pelo ciclo de vida dos riscos do projeto.

O objetivo do PSC é prover a Administração Pública de uma medida quantitativa de comparação para as propostas de PPP, a serem executadas pelo setor privado. O PSC é expresso como o valor presente de um fluxo de caixa projetado de um projeto (PSC puro) e de todos os riscos associados com o projeto em questão, deduzidos por uma taxa de desconto ao longo de todo o período do projeto.

O PSC deve apenas incluir entradas e saídas de caixa, sem incluir itens não-caixa como depreciação. Isso ocorre pelo fato de que as previsões financeiras no PSC serão usadas para a avaliação de um projeto aplicando-se o método do Fluxo de Caixa Descontado.

O quadro abaixo demonstra a metodologia de cálculo do PSC, uma vez realizado o cálculo do PSC Puro por meio da metodologia descrita anteriormente. Deve-se observar que todos os riscos do projeto deverão ser levantados e dimensionados, na medida do possível.

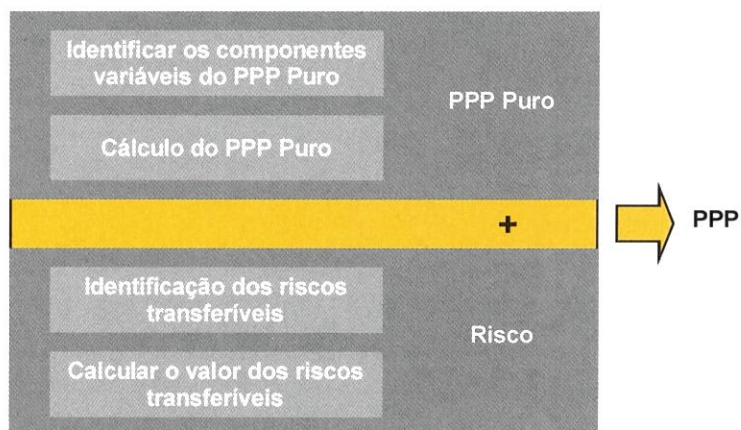


Fonte: EY

Opção PPP

O próximo passo para se calcular o *Value for Money* é o cálculo da opção de viabilização do projeto por meio de Parceria Público-Privada, ou seja, considerando inputs de uma intervenção predominantemente privada.

A Parceria Público-Privada é expressa como o valor presente líquido dos fluxos de caixa do projeto de acordo com premissas estabelecidas pela Administração Pública no Projeto Referência, assim como as premissas operacionais adotadas pelo setor privado, como custos diretos e indiretos, o custo do capital e todos os riscos associados.



Fonte: EY

Uma vez que todos os riscos transferíveis sejam identificados, o tamanho dos fluxos de caixa esperados associados com cada risco precisa ser agregado para determinar o valor presente líquido do componente de riscos transferíveis no PSC e no PPP.

A aferição de *Value for Money* deverá ser uma análise complementar à avaliação econômico-financeira e deverá indicar elementos socioeconômicos que justifiquem ou não a contratação por meio de uma Parceria Público-Privada. Essa análise é essencial, uma vez que a contratação de projetos de PPP compromete recursos orçamentários do Estado por um prazo de até 35 anos.

Vale ressaltar que recentemente, fomentado pelos eventos ocorridos na economia em 2009, o conceito de *Value for Money* em projetos de PPP tem sido amplamente questionado e debatido, em especial no Reino Unido. Uma das linhas de argumentação é que o *Value for Money* dos projetos de PPP está lastreado na capacidade do ente público em promover um processo licitatório competitivo, de forma a assegurar eficiência no processo de contratação pública. Entende-se que, dado à diversidade dos projetos e setores cobertos por projetos de PPP, cada projeto merece uma análise específica sobre seu potencial de gerar *Value for Money*.

► Plano de Negócios

Por fim, será desenvolvido um documento consolidando todos os estudos realizados durante os Estudos Econômico-Financeiros, em que estarão registrados os motivos, as oportunidades e as expectativas com relação ao projeto, a descrição da ideia ou percepção sobre a possibilidade de implementação. Esse documento mostrará toda a viabilidade e estratégias, do ponto de vista estrutural, administrativo, estratégico, mercadológico, técnico, operacional e financeiro do empreendimento.

4.4 Modelagem Jurídica

4.4.1 Avaliação de Impacto e Risco

A elaboração de uma Matriz de Riscos do projeto, apresentará o compartilhamento de riscos do empreendimento e possíveis medidas mitigadoras a serem refletidos em uma estrutura de garantias a serem providas.

Será discutido em detalhes cada risco associado ao projeto, sua respectiva alocação e medidas mitigadoras, inclusive a apresentação de diferentes visões em relação à qual o ente responsável por absorver cada risco.

A alocação de riscos, as obrigações da concessionária, os níveis e especificações de serviço planejados para a concessionária, as penalidades e bonificações aplicáveis, entre outros elementos, deverão ser discutidos e elaborados nesta fase para que os custos anteriormente mencionados possam ser estimados de forma aderente às responsabilidades e nível de serviço a ser prestado.

4.4.2 Análise da Fundamentação Legal

Inicialmente, para definição do modelo de delegação juridicamente mais adequado ao Projeto, o primeiro aspecto a ser avaliado consiste na análise dos modelos de delegação de serviços públicos e de interesse público atualmente vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, quais sejam: Concessão Comum, Concessão Patrocinada e Concessão Administrativa.

Conforme já mencionado anteriormente, a Concessão Comum, regida pela Lei Federal n.º 8.987/95 (e legislação correlata), consiste no contrato pelo qual um determinado ente da federação delega a uma pessoa jurídica de direito privado, a execução remunerada de serviços públicos, para que a eventual Concessionária os explore por sua conta e risco, por prazo e condições contratualmente determinadas.

Já as Parcerias Público-Privadas (PPPs), são regidas pela Lei Federal n.º 11.079/04 (e legislação correlata) e, apesar de também consistirem em contratos de concessão, pressupõem a mútua colaboração entre a Administração Pública e entes privados, bem como uma alocação de riscos entre as partes e uma contrapartida financeira paga pelo ente público. As PPPs podem adotar duas modalidades contratuais distintas: concessão patrocinada ou concessão administrativa.

Na Concessão Patrocinada, os particulares ficam encarregados pela prestação dos serviços públicos, precedidos ou não de obras públicas, sendo remunerados de acordo com o seu desempenho, mediante a cobrança de tarifa dos usuários dos serviços ou obras, complementadas com contraprestações ou aportes do Poder Concedente. É o que ocorre, por exemplo, em um contrato de concessão rodoviária em que o pedágio não é suficiente para cobrir os custos e a amortização dos investimentos despendidos pela Concessionária.

A seu turno, a Concessão Administrativa, igualmente regida pela Lei Federal n.º 11.079/04, consiste no modelo de contratação pelo qual a Administração Pública é a usuária direta ou indireta do serviço público ou de interesse público delegado, ainda que o contrato envolva a execução de obra ou o fornecimento e a instalação de bens. A Concessão Administrativa distingue-se da Concessão Comum e da Concessão Patrocinada na medida em que não tem como finalidade a prestação de um serviço público, mas, sim, de um serviço de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, e que, portanto, sendo serviço de "interesse público", não necessariamente admite a cobrança de tarifa. Desta forma, a remuneração do privado será composta integralmente por uma contraprestação e/ou aporte pagos pelo parceiro público.

Para a execução dos estudos de modelagem jurídica do Projeto, serão utilizados como ferramenta: (i) base de dados e experiências em projetos similares de PPP nos mais diversos setores; (ii) os mecanismos de busca de legislação disponíveis na rede mundial de computadores; (iii) solicitação de informações relacionadas à legislação e regulamentação municipais; (iv) interface com os entes envolvidos no Projeto, a fim de ter acesso aos instrumentos existentes.

Será elaborado estudo voltado para a análise do marco legal do setor de iluminação pública, por meio do levantamento e análise dos regulamentos e demais normativos expedidos pelos órgãos/entidades governamentais envolvidos no processo.

Além disso, será necessário analisar a legislação sobre Parcerias Público-Privadas aplicável ao Projeto, em âmbito municipal, estadual (se o caso) e federal, de forma que a modelagem observe estritamente os ditames legais, inclusive nas questões tributárias. Nesta frente, serão igualmente definidos os normativos cuja criação/elaboração seja imprescindível para a consecução dos Projetos.

A modelagem jurídica do projeto deverá analisar também os aspectos jurídicos e regulatórios pertinentes ao encaminhamento do projeto, inclusive relativos aos passos, cronogramas de tarefas e repartimento dos riscos a serem cumpridas pelo órgão licitante. Nesse sentido, apesar de ser o último módulo do projeto, a modelagem jurídica se inicia desde as primeiras etapas do projeto.

Como resultado final da modelagem jurídica, deverão ser elaboradas minutas do Edital e do Contrato, além de seus respectivos anexos, que refletirão a modelagem do projeto.

5. Cronograma Proposto

Estudos	Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4			
	Semanas															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
4.1. Projeto de Engenharia																
4.2. Modelagem Operacional																
4.3. Viabilidade do Projeto																
4.3.1. Análise e Projeção de Receita																
4.3.2. Análise de Viabilidade Econômico-Financeira																
4.4. Modelagem Jurídica																
4.4.1. Avaliação de Impacto e Risco																
4.4.2. Análise da Fundamentação Legal																



6. Valor de Ressarcimento

O Valor de Ressarcimento pretendido é de R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais).

7. Considerações Finais

A EY desde já se coloca à inteira disposição da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo para esclarecer quaisquer pontos aqui apresentados.

Para fins deste Procedimento de Manifestação de Interesse, os profissionais de contato são:

Débora Alves | Supervisora - Governo e Setor Público

SHS Quadra 6, Conjunto A, Bloco A, Sala 105, Edifício
Brasil 21, Brasília - DF - 70.316-000, Brasil

Telefone: 55 61 2104-0198

Fax: 55 61 2104-0102

E-mail: debora.alves@br.ey.com

Luiz Claudio de Sousa Campos | Sócio

Praia de Botafogo, 370 - 9º andar, Rio de
Janeiro - RJ - 22.250-040, Brasil

Telefone: 55 21 3263-7121

Fax: 55 21 3263-7001

E-mail: luiz-claudio.campos@br.ey.com

Natália Zaneti | Sênior - Governo e Setor Público

SHS Quadra 6, Conjunto A, Bloco A, Sala 105, Edifício
Brasil 21, Brasília - DF - 70.316-000, Brasil

Telefone: 55 61 2104-0115

Fax: 55 61 2104-0102

E-mail: natalia.zaneti@br.ey.com

Gustavo Gusmão | Diretor Executivo

Praia de Botafogo, 370 - 9º andar, Rio de
Janeiro - RJ - 22.250-040, Brasil

Telefone: 55 21 3263-7204

Fax: 55 21 3263-7001

E-mail: gustavo.gusmao@br.ey.com